

Análise comparativa dos costumes e das tradições de Ribeirão Preto a partir dos Códigos de Posturas citadinos (1889-1921)

Autores: Luís Henrique do Nascimento Lima¹, Yuri Araujo Carvalho²

^{1,2}Centro Universitário Barão de Mauá

¹tp3remt2017@gmail.com – História, ²yuri.araujo@baraodemaua.br

Resumo

Neste artigo, procuramos elaborar uma análise comparativa sobre a cidade de Ribeirão Preto durante o período de 1889 a 1921, utilizando como fontes primárias os Códigos de Posturas citadinos. Examinaremos, a partir de abordagens quantitativas, as semelhanças e as rupturas presentes nos costumes e suas ramificações (políticas, culturais e econômicas) para a população proletária e para a classe dominante de tal período, em que houve grande euforia, pois vivenciava-se a *Belle Époque* Caipira. Época de grande entusiasmo com o processo de enquadramento urbanístico, catalisado pela modernidade e toda sua voracidade, encobrendo as diferentes classes presentes na urbe e provocando o apagamento de determinados costumes (considerados “ultrapassados”) para o surgimento de outros (aos moldes da civilidade europeia).

Introdução

A região que hoje compreendemos como a cidade de Ribeirão Preto, na metade do século XVIII, ainda era habitada por indígenas do povo Caiapó, os quais “viviam em pequenas aldeias com o cultivo de plantações de milho e mandioca, [além] da caça e pesca [...]” (Ribeirão Preto., 2013). Fundada no dia 19 de junho de 1856, Ribeirão Preto começou a transformar-se na questão populacional com a chegada de migrantes a partir de 1820, durante a expansão das plantações de café (Lages, 2016). Essa migração aconteceu, principalmente, por entrantes de Minas Gerais em busca de novas terras, tendo em vista a decadência do ouro, mas também pelo fato de procurarem áreas férteis e espaços para a criação de gado (Lages, 2016).

À época, uma das maneiras de oficializar a posse da terra pelas famílias seria fazendo doações para a Igreja Católica (Lages, 2016), mostrando o forte elo entre a religião e a população até então em fase de desenvolvimento. Logo, a capela que se transformaria em igreja matriz congregava grande importância para aqueles que pretendiam fixar-se

no local, principalmente os comerciantes (Lages, 2016).

Então, visando validar diante da Igreja Católica as posses dessas terras, alguns fazendeiros dotados de grande influência doaram frações territoriais com o intuito de “formar um patrimônio em terras e construir uma capela para São Sebastião” (Lages, 2016, p. 24).

Ainda consoante o historiador José Antônio Lages, Ribeirão Preto “[...] foi se tornando um dos maiores celeiros da província de São Paulo” (Lages, 2016, p. 57), graças à produtividade da terra, que foi alavancada pela chegada, em 1875, do fazendeiro e político Martinho Prado Junior (Lages, 2016).

Martinho Prado Junior nasceu em São Paulo, no ano de 1843. Formado em Direito, viveu considerável parte de sua vida no município de Araras, exercendo o cargo de vereador. A partir de 1877, passou a adquirir fazendas de café na vila de Ribeirão Preto, utilizando-se da mão de obra livre, tendo em vista que era abolicionista e republicano (Silva *et al*, 2010).

Tal dinâmica não se limitou apenas à citada urbe ribeirão-pretana, visto que “a vigorosa marcha dos cafezais para o oeste promove centenas de novas fundações” (Marx, 1980, p. 36).

No início da colonização do Brasil, “as suas aglomerações urbanas se concentram ao longo da costa [...]” (Marx, 1980, p. 12). Logo, com o avanço econômico do café na região do Oeste Paulista, viu-se um alargamento do território na procura de terras férteis, como afirma o urbanista Murillo Marx:

O homem, que foi trabalhar nos cafeeiros, nas tulhas e nos entrepostos do café, prosperou e se estabeleceu. Tornou-se um pioneiro, que levado pelas ferrovias até suas “pontas de trilhos”, se lançava ao desbravamento de terras férteis e ao povoamento de patrimônios rurais e aglomerados urbanos novos. Ano a ano, com impressionante rapidez e vigor esparramou-se a antes pequena e pobre cadeia de cidade, a partir de São Paulo (Marx, 1980, p. 36).

Com relação à composição demográfica laboral, “o escravizado africano chegou a Ribeirão Preto juntamente com os primeiros entrantes vindos de Minas Gerais” (Silva *et al*, 2010, p. 31), e o número de escravizados continuou aumentando entre os anos de 1877 e 1885 devido, principalmente, à expansão econômica do café. Com a abolição da escravização em 1888 (Lei Áurea), a classe política da urbe teria que lidar não apenas com a recomposição da mão-de-obra, mas também com a “higiene” e a “organização” da cidade – conforme moldes urbanísticos e mentais eurocêntricos. Logo, a partir da década de 1870, a classe dominante local buscou formas de também diminuir a presença negra na província (Souza, 2007).

A comunidade trabalhadora seria, posteriormente, incrementada pelo processo de imigração estrangeira – em especial de italianos, empregados como mão de obra em condições semelhantes aos dos antigos escravizados (Calsani, 2010). Contudo, a questão não era substituir a força laboral dos negros, e sim reduzi-la, pois a presença de tais indivíduos configurava-se, aos olhos da classe dominante cidadina, como sinônimo de atraso civilizatório (Souza, 2007).

Os então ex-escravizados ficaram à margem dos caprichos da classe dominante ribeirão-pretana, tendo em vista que foram largados nas ruas e zonas periféricas. Logo:

A disciplinarização, o enquadramento de toda a sociedade à nova realidade surgida com a abolição do trabalho escravo e a ordem liberal estabelecida pela República são marcos importantes para se pensar o ordenamento urbano no Brasil a partir do final do século XIX, mas, além disso, há necessidade, para compreendermos melhor os processos de ordenamento urbano, de se levar em conta as relações étnico-raciais e a cultura eurocêntrica, que estão na base da concepção de mundo dos grupos hegemônicos no Brasil (Lages, 2016, p. 110).

De tal forma, o processo de abolição da escravização foi antecipado na cidade, para que o “progresso” e a “civilização” fossem implantados de forma rápida (Romero y galvaniz, 2018). Tais contradições, aliadas à forte pressão exercida por grupos abolicionistas, impulsionaram o processo libertário, como nos explica a historiadora Maria Helena Machado:

De forma geral, temos como dado aceito na historiografia atual que a partir de 1885, sob a liderança de alguns abolicionistas, tais como os caifazes, plantéis de escravos

começaram a não mais se submeter à disciplina dos feitores, reivindicando liberdade de maneira clara e incisiva e, finalmente, abandonando em levas as fazendas. Remarcado por diversos autores como o golpe final ao sistema, à medida em que forçava, mesmo os senhores mais reticentes a reverem suas posições com relação à escravidão, obrigando-os a buscar novas formas de exploração do trabalho (Machado, 1991, p. 71).

A preferência pela mão de obra italiana foi resultante de diversos fatores, como explica o historiador Rodrigo Calsani:

As condições ambientais com o clima e solo propícios, políticas por meio de incentivos governamentais e também com as propagandas dos cafeicultores sobre a região, e econômicas com a exportação do café em larga escala e o advento da ferrovia, que favoreceram para a chegada contínua de trabalhadores livres à região da Alta Mogiana, no final do século XIX. Além disso, a comercialização de escravos entre o Brasil e os países africanos entrara em declínio após a proibição do tráfico negreiro (Lei Eusébio de Queiroz, 1850), e com isso, como medida paliativa, ocorreu a intensificação do comércio interno de cativos da região nordeste para o centro sul do país, o que ocasionou numa supervalorização do seu preço. A vinda de trabalhadores livres europeus seria uma solução para a falta de mão de obra e também mais econômica para aquele momento (Calsani, 2010, p. 73).

Nas primeiras décadas republicanas, Ribeirão Preto acentuou um dinamismo econômico considerável, alavancado graças à pujança da comercialização do café (Marcondes; Garavazo, 2004). Esse avanço cafeeiro proporcionou diversas modificações nos mais variados campos, como os sociais, urbanos, econômicos e culturais, como explica o historiador Rodrigo Paziani:

O aumento da produção cafeeira na pauta de exportações brasileiras, que saltara, de 1830 a 1905, de 18,18% para 75,6%, apontava, de um lado, o domínio político-econômico que exerceria o Estado de São Paulo no período e, do outro, a expansão cafeeira pelo território paulista, que impulsionou o nascimento de cidades e a gestação de novos padrões de sociabilidade e de urbanização (Paziani, 2005, p. 3).

Ainda de acordo com Paziani (2005), Ribeirão Preto recebeu rapidamente benefícios, como as primeiras redes de água e esgoto, iluminação elétrica, calçamento e construção de prédios liderados pelos coronéis Francisco Schmidt e Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, chefes políticos de um município que não distinguia fronteiras entre o público e o privado. Além dessas melhorias, foi de extrema importância a inauguração da ferrovia pela Companhia Mogiana, em 1883, que atendia de forma precisa os interesses da classe dominante e dirigente cafeeira (Paziani, 2005).

Além das benesses urbanísticas, houve, também, a expansão do comércio – já que em 1890, boa parte dos estabelecimentos se formavam como armazéns e botecos atuando na área de secos e molhados (Marcondes; Garavazo, 2004), com grandes variedades de produtos sendo comercializados, como aguardente, açúcar, carne seca, queijo e sal (Marcondes; Garavazo, 2004). Sobre os serviços, havia grande número de sapateiros, oficinas de carroças e também ferreiros (Marcondes; Garavazo, 2004), assim como a presença dos chamados profissionais liberais, como advogados, médicos e engenheiros (Marcondes; Garavazo, 2004).

A organização industrial ainda se mostrava em processo embrionário, com pouca diversificação:

A indústria representava 7,9% do total de estabelecimentos em 1890. Nesse ano, verificamos a presença de quinze olarias e doze fábricas de cervejas. A indústria encontrava-se em um estágio muito inicial de seu desenvolvimento no município. O capital médio estimado para elas chegou a tão-somente 8,5 contos de réis. O grande número de fábricas de cerveja tratava-se provavelmente de produção artesanal em pequena escala (Marcondes; Garavazo, 2004, p. 214).

Destarte, a desigualdade em torno da urbe era visível, com a parte média beneficiando-se da modernização, concomitantemente à elisão dos moradores menos clamados financeiramente para as partes mais limítrofes da área. Portanto, os residentes das periferias que labutavam nas ferrovias e comércios deslocavam-se de seus respectivos bairros, para vagar pelo moderno centro (Paziani, 2005). Porém, houve casos de reclamações por parte da população até mesmo do centro, com queixas de mato alto, ruas esburacadas, quedas constantes de energia elétrica e falta d'água (Paziani, 2005).

Entende-se que nos limites citadinos ocorriam francas diferenciações entre as práticas das classes dominantes locais e as da multidão trabalhadora, pois o poder político compactado

nas mãos dos afortunados coronéis facilitava os caprichos diante daqueles que estavam abaixo (Paziani, 2005).

Ficarão ainda mais visíveis essas discrepâncias sociais quando analisarmos mais detalhadamente os Códigos de Posturas ribeirão-pretanos, aprovados nos anos de 1889, de 1902 e de 1921, nos quais os abastados políticos dispunham de mecanismos para controlar, higienizar e acomodar determinadas frações cidadinas, “administrando” os costumes e os comportamentos dos moradores de Ribeirão Preto.

Objetivo

Este artigo tem por objetivo analisar, qualitativa e quantitativamente, as transformações sobre os costumes urbanos de 1889 a 1921 na cidade de Ribeirão Preto, escrutináveis a partir de comparações canalizadas para fontes documentais primárias consubstanciadas nos chamados Códigos de Posturas citadinos, observando, de modo complementar, as ramificações ocasionadas pela modernidade cafeeira nos setores econômicos, culturais, políticos, sociais, entre outros.

Contemplaremos não apenas os supracitados Códigos de Posturas ribeirão-pretanos, mas também diversas fontes secundárias, tais como as obras “Tudo que é sólido desmancha no ar”, de Marshall Berman, “Ribeirão Preto revisitada”, de José Antônio Lages, “(Re)vivências negras: entre batuques, bailados e devoções”, de Sérgio Luiz de Souza, “Cidade brasileira”, de Murillo Marx, “As peculiaridades dos ingleses e outros artigos”, de E.P. Thompson, “História Comparada”, de José D'Assunção Barros, e “Os Reis Taumaturgos”, de Marc Bloch.

Portanto, buscaremos desvelar, através dos Códigos de Posturas (enquanto fontes primárias) e variadas referências bibliográficas (teórico-conceituais, conjunturais e metodológicas) as estratégias que a classe dominante ribeirão-pretana mobilizava para ordenar e enquadrar a população nos princípios da civilização vigentes na chamada *Belle Époque* Caipira (Doin *et al*, 2007). Logo, procuraremos evidenciar os paradoxos e as desigualdades existentes na transição entre os séculos XIX e XX, e que permanecem até os dias atuais.

Métodos e procedimentos

O sentido de “modernidade” configura-se como um tema frequente no que tange à formação da cidade do século XIX. Assim, concordamos com Walter Benjamin (1892-1940), para quem as transformações deflagradas no processo de transição para a modernidade – como ocorrido na

arte, por exemplo – foram engolfadas pelos tentáculos do capitalismo, ligando-se a lógicas desenfreadas de reprodução e perdendo a compreensão de suas singularidades (Benjamin, 2007).

Portanto, para que uma expressão cultural seja hoje predominante ou caracterizada como correta, é necessário que haja o aniquilamento de outras manifestações culturais, via de regra silenciosa e/ou violentamente “vencidas”:

Ora, os que num momento dado dominam são os herdeiros de todos os que venceram antes. A empatia com o vencedor beneficia sempre, portanto, esses dominadores. [...] Todos os que até hoje venceram participam do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostados no chão. Os despojos são carregados no cortejo, como de praxe. Esses despojos são o que chamamos de bens culturais. [...] Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie (Benjamin, 2007, p. 225).

Segundo o pensador marxista Marshall Berman, também em alusão ao conceito de “modernidade” – com foco em seus paradoxos e voracidades:

Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor — mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambigüidade e angústia. Ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como disse Marx, “tudo o que é sólido desmancha no ar” (Berman, 1986, p. 14).

Logo, viver na cidade transforma-se em um movimento que condiciona diversos sentimentos na espécie humana, amalgamados em ambigüidades, lutas e angústias diante dos estímulos que nos rodeiam (Berman, 1986).

Concentrando-nos na realidade ribeirão-pretana de outrora, podemos tecer uma pequena comparação que exhibe o contraste existente entre

o homem da cidade e o homem do campo, como nos mostra o historiador Ronald Raminelli:

Os homens das grandes cidades expressam sensações e emoções destituídas de vigor, pois perderam paulatinamente o prazer na vida, tornaram-se blasés. Em contrapartida, os homens do campo e das pequenas cidades levam uma vida sensível e intelectual em ritmo mais lento, vida pautada pelas relações afetivas e por hábitos muitas vezes ininterruptos (Raminelli, 1997, p. 284).

A cidade de Ribeirão Preto transformou-se graças “ao avanço do desmatamento e do plantio de café” (Marx, 1980, p. 16), coadunando em realidades síncronas (mas também paradoxais) as vidas campesina e urbana.

Com o estabelecimento da civilização moderna, são observadas fecundações de novas culturas e costumes na urbe, os quais são reproduzidos de forma automatizada e intuitiva dentro da sociedade (Thompson, 2001).

Os historiadores da tradição marxista influenciados pelo conceito gramsciano de hegemonia também tem investigado com novos olhos as formas de dominação e controle da classe dominante. Muito raramente e, neste caso, apenas por pouco tempo, uma classe dominante exerce, sem mediações, sua autoridade por meio da força militar e econômica direta. As pessoas vêm ao mundo em uma sociedade cujas formas e relações parecem tão fixas e imutáveis quanto o céu que nos protege. O “senso comum” de uma época se faz saturado com uma ensurdecadora propaganda do *status quo*, mas o elemento mais forte dessa propaganda é simplesmente o fato da existência do existente (Thompson, 2001, p. 239).

Acreditamos que o modo de vida propagandeado/implantado na localidade de Ribeirão Preto, entre o final do século XIX e o início do século XX, foi o da classe dominante (coronista e cafeeira). Contudo, quando canalizamos nossa atenção para aqueles que estavam ocultados na sombra da civilização, ganhamos suportes para examinar situações atípicas dos hábitos costumeiros (Thompson, 2001). Ainda de acordo com o historiador inglês E. P. Thompson:

Com efeito, muitos dos maiores movimentos populares dos séculos XIX e XX só podem ser entendidos como uma demanda dos explorados por uma humanidade (seja seus

direitos em lei, como homens e mulheres “livres”, como cidadãos, seja seus direitos de voto e de associação, ou seus direitos à independência nacional, seja ainda sua condição e auto-estima no trabalho) [...] (Thompson, 2001, p. 258).

Com base nos arcabouços teóricos benjaminianos e thompsonianos, alusivos à modernidade e às experiências populares, examinaremos como os Códigos de Posturas ribeirão-pretanos aprovados entre 1889 e 1921 procuraram moldar os costumes dos cidadãos ribeirão-pretanos, conforme noções eurocêntricas de “ordem e progresso”. Para tanto – e ainda em diálogo com Thompson –, torna-se imperioso observar a existência de uma verdadeira junção entre “cultura” e “experiência”:

[...] Pois as pessoas não exprimem sua própria experiência apenas como idéias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos, ou (como supõem alguns praticantes teóricos) como instinto proletário etc. Elas também exprimem sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas. Essa metade da cultura (e é uma metade completa) pode ser descrita como consciência afetiva e moral (Thompson, 1981, p.189).

A classe dominante ribeirão-pretana ainda utilizou-se do pensamento positivista, surgido na França no século XIX e popularizado pelo sociólogo Auguste Comte, o qual empunhava a bandeira republicana e o supracitado lema de “Ordem e Progresso”, binômio este compreendido por Carlos Martins Benedito nos seguintes termos:

Comte considerava como um dos pontos altos de sua sociologia a reconciliação entre a ‘ordem’ e o ‘progresso’, pregando a necessidade mútua destes dois elementos para a nova sociedade. Para ele, o equívoco dos conservadores ao desejarem a restauração do velho regime feudal era postular a ordem em detrimento do progresso. Inversamente, argumentava, os revolucionários preocupavam-se tão somente com o ‘progresso’, menosprezando a necessidade de ordem na sociedade. A sociologia positivista considerava que a ordem existente era, sem dúvida alguma, o ponto de partida para a construção da nova sociedade (Martins, 2006, p. 45).

A partir de tais arcabouços teórico-conceituais, instrumentalizaremos metodologias caras à chamada história comparada, conforme apontamentos de Marc Bloch e Lucien Febvre. A história comparada foi definida por José d’Assunção Barros da seguinte maneira:

Trata-se aqui de comparar sociedades próximas no tempo e no espaço, que exerçam influências recíprocas. A vantagem de comparar sociedades contíguas está precisamente em abrir a percepção do historiador para as influências mútuas, o que também o coloca em posição favorável para questionar falsas causas locais e esclarecer, por iluminação recíproca, as verdadeiras causas, interrelações ou motivações internas de um fenômeno e as causas ou fatores externos (Barros, 2014, p. 58).

O método historiográfico da história comparada pode ser executado de diversas formas – por exemplo, pela comparação de um problema em comum entre duas sociedades na mesma baliza temporal, porém em espaços geográficos distintos; ou, pela análise problematizada de uma mesma sociedade, em recortes temporais diferentes (opção selecionada para o presente estudo):

Poderia se dar também que estivessemos analisando duas sociedades relativas ao mesmo recorte espacial (a sociedade francesa, por exemplo), mas em temporalidades diferenciadas. Teríamos aqui a investigação de um mesmo problema, e neste mesmo espaço, mas em dois momentos distintos da História, de modo a identificar a partir daí as diferenças entre os dois períodos (Barros, 2014, p. 56).

Portanto, buscaremos em um determinado recorte espacial (Ribeirão Preto), analisar de maneira comparada (mapeando permanências e rupturas) um problema (a moldagem dos costumes) vigente na temporalidade estabelecida (1889 a 1921) (Bloch *apud* Barros, 2014).

Para a mobilização de tais aparatos teórico-metodológicos para o escrutínio da realidade histórica, portanto, é necessário identificar não apenas as semelhanças (permanências, continuidades), mas também as diferenças (cisões, descontinuidades) presentes em tais sociedades (Barros, 2014).

Resultados e discussões

A análise do passado, ainda que seja realizada de forma parcial “[...] se faz sobre ‘vestígios’ ou

‘testemunhos’ e estes são observáveis” (Aróstegui, 2006, p. 479). Portanto, ainda que seja impossível voltar ao passado, podemos nos debruçar sobre hipóteses, que têm em suas gêneses a observação das fontes históricas, as quais, segundo o historiador espanhol Julio Aróstegui, podem ser descritas da seguinte maneira:

Fonte histórica seria, em princípio, todo aquele material, instrumento ou ferramenta, símbolo ou discurso intelectual, que procede da criatividade humana, através do qual se pode inferir algo acerca de uma determinada situação social no tempo (Aróstegui, 2006, p. 491).

Percorrendo pelo método da história comparada, examinaremos o Código de Posturas de 1889, ainda que ele não apresente um capítulo específico sobre os costumes e divertimentos públicos. Assim como também focaremos nos capítulos I (Dos costumes), II (Das armas e jogos proibidos) e III (Dos divertimentos públicos) que estão presentes no código de 1902. Analisaremos, finalmente, os capítulos I (Dos costumes), II (Das armas e jogos proibidos) e III (Dos divertimentos públicos), referentes ao Código de Posturas de 1921.

Inicialmente, percebe-se que no primeiro código (1889) havia esclarecida a preocupação por parte da classe dominante no quesito da formação do espaço público e organização (vigilante e punitiva) da urbe, tendo em vista que as palavras que mais aparecem são: **multa** (figurando em 84 oportunidades), **cidade** (que está presente em 51 momentos), seguida de **ruas** (as quais aparecem 50 vezes), **fiscal** (que é citada em 38 ocasiões) e **praças** (presente 30 vezes no texto).

Já nos documentos seguintes (1902 e 1921), constata-se que o frenesi da classe dominante quanto à construção da cidade não se mostra mais como uma prioridade, mas sim no controle da população, como evidenciado nas palavras que mais se repetem nos códigos: **multa** (aparece 20 vezes), **público** (em 11 oportunidades) e **infrator** (também em 11 ocasiões).

Em síntese, os códigos de 1902 e 1921 evidenciam que o controle por parte da classe dominante não se dava nos espaços privados, mas sim em espaços públicos, envernizados em um teatro por parte da classe dominante, em que tais ideias são caracterizadas como as sendo mais racionais (Thompson, 2001). Pois para que uma cultura se sobressaia a outra deve ser enterrada (Benjamin, 2007). Portanto, a parte da “massa” que não se enquadrasse aos moldes da modernidade da urbe, flertaria com ameaças e punições constantes.

Um exemplo de presença “desviante”, a qual não seria tolerada na “moderna” Ribeirão Preto, dava-

se com relação à população cigana, conforme os excertos a seguir:

Art. 51 - E' proibida a permanencia neste municipio por mais de 24 horas aos ciganos, que não poderão arranchar-se em distancia menor de uma legua da povoação. Os proprietarios dos terrenos nos quaes os mesmos se arrancharem, sob pena de multa de 20\$000, avisarão ao fiscal da aproximação desses indivíduos, a fim de serem intimados para retirarem-se. O fiscal recorrerá à autoridade policial para dar cumprimento à disposição do presente artigo (Código de Posturas de Ribeirão Preto, 1889, p. 4).

Art. 270 – O bando de ciganos que for encontrado no municipio será intimado a retirar-se imediatamente para fóra dos limites deste, e, si no fim de 24 horas, não tiver obedecido a intimação, incorrerá o respectivo chefe na multa de 50\$000 e será detido até que o bando se retire effectivamente. Si não for conhecido o chefe, as penas deste art. serão impostas a qualquer dos individuos que fizerem parte do mesmo bando (Código de Posturas de Ribeirão Preto, 1921, p. 103-104).

Através da análise comparativa entre os dois artigos citados, percebe-se maior rigidez punitiva no Código de 1921 para com a minoria étnica dos ciganos, visto que “[...] gente respeitável frequentemente os associava aos mendigos e ladrões [...]” (Burke, 1989, p. 70). De acordo com Serge Moscovici, “à semelhança dos judeus, os ciganos são considerados ‘nação daninha de mendigos e ociosos’, quase um elemento satânico da sociedade” (Moscovici, 2009, p. 664).

Tendo em vista que no primeiro código os ciganos teriam tolerância de estabelecer moradia por no máximo 24 horas, além da punição recair sobre os ombros do proprietário do terreno onde tal grupo estivesse se firmado, o segundo código apresentava punições mais imediatistas e draconianas, isentando os proprietários cidadãos e transferindo o ônus punitivo para a própria comunidade “invasora”, demonstrando desta forma como a “civilização” tratava os ciganos como abertamente indesejáveis.

Outro aspecto relevante do controle costumeiro sobre as camadas populares encontra-se nas codificações sobre o chamado “entrudo”, conforme os trechos a seguir:

Art. 245 – E´ absolutamente prohibido o jogo de entrudo com laranjinhas de cera ou borracha, com água, povilho, farinha de trigo ou qualquer outra substancia que possa

danificar ou encommodar os transeuntes. O infractor incorrerá na multa de 50\$000, assim como sel-o-ão em 20\$000 os vendedores de laranjinhas, devendo estas ser inutilizadas pelo fiscal (Código de Posturas de Ribeirão Preto, 1902, p.93).

Art. 280 – Fóra dos tres dias destinados ao divertimento denominado carnaval, a ningum é permitido andar mascarado pelas ruas, praças e outros logares publicos da cidade e seus arrabaldes so multa de 50\$000 (Códigos de Posturas de Ribeirão Preto, 1921, p. 106-107).

Notadamente o controle social também se fazia presente nas festas populares, com o chamado entrudo; tal festa (a partir da qual germinará o Carnaval), “[...] por ser coisa de ‘gente pobre’ era reprimida pelas autoridades” (Malerba, 2022, p. 86). Com a implementação da *Belle Époque* Caipira “[...] o velho entrudo se modificava também em função das modas francesas e italianas, como bailes mascarados” (Malerba, 2022, p. 86). Portanto, a classe dominante, de certa maneira, proibia e punia os batuques característicos da população em geral, e beneficiava a música clássica estrangeira e os galantes bailes mascarados, como tentativa de moldar e valorizar a cultura branca da *petit* Paris do interior. De tal modo, o sonho da classe dominante era de viver e desfrutar das novidades que a modernização trazia consigo, como as glamorosas vitrines, a luz elétrica e as experiências da “civilização” – aos moldes francófilos (Doin, 2007). Finalmente, os Códigos de Posturas ribeirão-pretanos também direcionaram suas atenções aos mendigos, de acordo com os seguintes artigos:

Art. 234 – Nenhum mendigo poderá esmolar pelas ruas, praças e outros lugares públicos sem licença de autoridade policial sob pena de ser detido, para satisfazer esta disposição, caso deva ser concedida a mesma licença (Código de Posturas, 1902, p. 90).

Art. 248 – Todo o individuo, de qualquer sexo ou idade que for encontrado sem ocupação ou estado de vagabudagem, será mandado á presença da auctoridade policial competente, para esta proceder na fôrma da lei (Código de Posturas, 1921, p. 104).

Podemos perceber certo recrudescimento com relação à presença dos mendigos entre os códigos de 1902 (o qual tolerava-os mediante licença concedida pelos poderes públicos) e de 1921 (decisivamente mais punitivo com relação aos

“ociosos”). Segundo a historiadora Laura de Mello e Souza, a mendicância seria, durante o período medieval, um instrumento de mediação entre as classes abastadas e o reino dos céus (por meio da concessão de esmolas, consideradas “boas obras” as quais pavimentariam a salvação dos ofertantes); porém, com o advento da modernidade, a população considerada “vadia” aumentou consideravelmente, levando as autoridades a repensarem as condutas de controle e punição dos “marginais” (Souza, 1982). Estatisticamente, a população “vadia” brasileira foi composta majoritariamente de negros, tendo em vista que “as funções do Estado vão se adequando a um cenário que não pode contar mais com o estatuto escravocrata” (Flauzina, 2006, p. 94). Consequentemente, nossa hipótese permite compreender que havia a tentativa de controle da classe dominante por mecanismos combinados de higienização, homogeneização, exclusão e punição daqueles que exercessem práticas características da vadiagem – embasadas não mais em questões escravocratas, e sim raciais que foram desenvolvidas entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX (Schwarcz, 1993).

Conclusões

Através da análise comparativa dos Códigos de Posturas relativos aos anos de 1889, 1902 e 1921, foi possível emergir a clara ideia da que a classe dominante/dirigente buscou, desde os primórdios da fundação da cidade de Ribeirão Preto, solidificar e impor sua ordem social e ideia de civilização, moldando e criando os costumes e comportamentos esperados dentro da urbe.

Fica perceptível que, para a realização de tais demandas – e em conformidade com as fontes primárias desveladas ao longo da pesquisa, – fazia-se uso de medidas restritivas e, em alguns casos, punitivas para a manutenção da ordem francófila almejada pela classe dominante/dirigente, ocasionando, desta forma, a exclusão dos elementos que não fossem capazes de se enquadrar na nova sociedade – o que, por consequência, recairia sobre as classes menos abastadas e os recém ex-escravizados.

Após mobilizarmos o instrumental metodológico da história comparada, sobre uma análise quantitativa e qualitativa referente aos Códigos de Posturas da cidade Ribeirão Preto, acreditamos ter havido uma combinação congruente de bases teórico-conceituais necessárias para posteriores aprofundamentos.

Para tanto, realizamos uma investigação sobre os costumes e as culturas das minorias existentes na urbe durante o período estudado, na qual nos apoiamos nas leis, que não constituíam um caráter neutro e imparcial perante toda a população. Ainda

assim, constata-se que o tema observado não se finda por agora, pois os costumes de outras minorias, como os povos indígenas e as mulheres, poderiam ser investigados de forma mais minuciosa. Para tanto, talvez possamos explorar tais temáticas de forma mais esclarecida futuramente, nos âmbitos de pós-graduação, mestrado ou doutorado.

Referências

ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Bauru: Edusc, 2006.

BARROS, José D'Assunção. **História Comparada**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2014.

BARROS, José D'Assunção. **O campo da História: especialidades e abordagens**. 4 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2004.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. 5 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BLOCH, Marc. **Os reis taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio (França e Inglaterra)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

BURKE, Peter. **Cultura popular na Idade Moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CALSANI, Rodrigo de Andrade. **O imigrante italiano nos corredores dos cafezais: Cotidiano econômico na Alta mogiana (1887-1914)**. 2010. 115 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de História, UNESP, Franca, 2010.

Código de Posturas da Câmara Municipal de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto: s.n., 1889.

Código de Posturas da Câmara Municipal de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto: s.n., 1902.

Código de Posturas da Câmara Municipal de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto: s.n., 1921.

DOIN, José Evaldo de Mello; PERINELLI NETO, Humberto; PAZIANI, Rodrigo Ribeiro; PACANO, Fábio Augusto. **A Belle Époque caipira: problematizações e oportunidades interpretativas da modernidade e urbanização no Mundo do Café (1852-1930) - a proposta do Cemumc**. **Revista Brasileira de História**. Associação Nacional de

História - ANPUH, v. 27, n. 53, p. 91-122, 2007. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/28433>. Acesso em: 29 ago. 2023.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do estado brasileiro**. 2006. 145 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Direito, UNB, Brasília, 2006.

LAGES, José Antonio. **Ribeirão Preto revisitada**. Ribeirão Preto/SP: Nova Enfim Gráfica e Editora, 2016.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **Escravos e cometas: Movimentos sociais na década da abolição**. 1991. 306 f. Dissertação (Doutorado) – FFLCH, USP, São Paulo, 1991.

MALERBA, Jurandir. **Almanaque do Brasil nos tempos da independência**. São Paulo: Editora Ática, 2022.

MARCONDES, Renato Leite; GARAVAZO, Juliana. **Comércio e indústria em Ribeirão Preto de 1890 a 1962**. In: SCOTT, Cleison (org.). **Um espelho de 100 anos: ACIRP (1904-2004)**. Ribeirão Preto: Lau Baptista, 2004, p. 211-222.

MARTINS, Carlos Benedito. **O que é Sociologia**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

MARX, Murillo. **Cidade brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

MOSCOVICI, Serge. **Os ciganos entre perseguição e emancipação. Sociedade e Estado**, Brasília: v. 24, n. 3, p. 653-678, set/dez. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/Jp6Grb8GL3tpQ7yjXKq7cwG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 fev. 2024.

PAZIANI, Rodrigo Ribeiro. **Outras leituras da cidade: experiências urbanas da população de Ribeirão Preto durante a Primeira República**. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 19, p. 175-200, maio de 2005.

RAMINELLI, Ronald. **História Urbana**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

Ribeirão Preto surgiu como povoamento Caiapó-Bandeirante e rota para Goiás. ALESP, 2013. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=332308>. Acesso em: 20 fev. 2024.

ROMERO Y GALVANIZ, Lucas Dario. Ribeirão Preto: o espírito pioneiro e as leis anti-escravidão. **Sillogés**, Rio Grande do Sul, v. 1, n. 2, 2018. Disponível em: <https://historiasocialecomparada.org/revistas/index.php/silloges/article/view/22/44>. Acesso em: 07 out. 2023.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Adriana *et al.* **Filhos do café**: Ribeirão Preto da terra roxa, tradicional em ser moderna. Ribeirão Preto: Fundação Instituto do Livro, 2010.

SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

SOUZA, Sérgio Luiz. **(Re)vivências negras: entre batuques, bailados e devoções – práticas culturais e territórios negros no interior paulista (1910-1950)**. Ribeirão Preto: do autor, 2007.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria: ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, Edward Palmer. **As peculiaridades do Ingleses e outros artigos**. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2001.